



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **0013669-23.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Extinção da Execução**
 Embargante: **Fazenda Publica do Estado de São Paulo**
 Embargado: **Izaura Colla Fallaci**

CONCLUSÃO

Em 11 de novembro de 2013, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dr^a. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Rosa Sueli Maniéri, Esc. Subsc.

VISTOS.

A **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO** ajuizou embargos à execução que lhe move **IZAURA COLLA FALLACI**, alegando a inexigibilidade do título executivo.

Sustenta que a embargada, nos autos da obrigação de fazer que visava à obtenção de medicamentos, foi representada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, órgão do próprio Estado, o que torna inexigível a obrigação referente a honorários.

A embargada apresentou impugnação às fls. 26/33. Invocou o instituto da 'coisa julgada' frisando que, no tocante à parte da sentença que condenou a Fazenda Estadual ao pagamento da verba sucumbencial, não houve a interposição de recurso por ela, de modo que incidem os efeitos da coisa julgada material. Aduziu, ainda, inocorrência de confusão entre os entes públicos, pois, embora a Defensoria Pública do Estado de São Paulo seja um instituto estadual, não é vinculada ao Governo em nenhum de seus poderes, tendo sua autonomia, inclusive, assegurada pela Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Complementar Estadual.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O pedido não comporta acolhimento.

Condenada, juntamente com o Município de São Carlos, a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

arcar com a verba honorária fixada em R\$ 300,00, levando em conta os parâmetros do artigo 20, paragrafo quarto, do Código de Processo Civil, apresentou a Fazenda Estadual, já em fase de execução, os presentes embargos.

Ocorre que a sentença que condenou os entes públicos ao fornecimento da medicação pleiteada, bem como aos honorários, foi proferida em 23.06.2010 (fls. 182/189 dos autos principais) e confirmada pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 22.03.2011 (fls. 228/239 dos autos principais), não havendo, por parte da Fazenda Estadual, qualquer outro questionamento a seu respeito, conforme certidão de fls. 243.

Assim, sobre a respeitável sentença, confirmada pela Segunda Instância, incidem os efeitos da coisa julgada.

Nesse sentido, destaca-se a manifestação do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.395.322 - SP (2013/0241603-4), julgado em 17.09.2013 cujo relator foi Exmo. Ministro Humberto Martins:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS EM FAVOR DA DEFENSORIA ESTADUAL. CABIMENTO. **OCORRÊNCIA DA COISA JULGADA**. 1. A Primeira Seção desta Corte Superior de Justiça já decidiu que "a Defensoria Pública é órgão do Estado, por isso que não pode recolher honorários sucumbenciais decorrentes de condenação contra a Fazenda em causa patrocinada por Defensor Público" (REsp 596.836/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Rel. p/acórdão Min. Luiz Fux - cf. Informativo de Jurisprudência do STJ n. 205). 2. No entanto, no julgamento do recurso especial 1.319.361/RJ, em 4.4.2013, com publicação ocorrida em 10.5.2013, a Segunda Turma teve novamente a oportunidade de reapreciar o tema, ocasião em que, depois de maior reflexão, alinhei meu voto ao do eminente Relator Herman Benjamin para consignar que na Execução contra a Fazenda Pública, os Embargos poderão versar sobre qualquer causa impeditiva,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

modificativa ou extintiva da obrigação, a exemplo de pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença (art. 741, VI, do CPC)." 3. **No caso dos autos, a Corte de origem consignou que a condenação da recorrente já estava acobertada pelo manto da coisa julgada quando da interposição dos embargos à execução.** 4. Assim, na linha do precedente mais recente da Segunda Turma desta Corte superior, **não se pode falar em inexigibilidade do título, nos termos do art. 741, VI, do CPC, uma vez que a tese da confusão veio a ser alegada em momento posterior à sentença que já havia passado em julgado.** Recurso especial a que se nega provimento. (grifei)

Desse modo, não há como se reconhecer a inexigibilidade do título executivo.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os embargos.

Não há condenação em honorários, nos termos do que dispõe a Súmula 421 do STJ: "Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença".

P.R.I.C.

São Carlos, 05 de fevereiro de 2014

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**